## 1 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

## 2 SOCIAL DE FRANCA – 25 DE SETEMBRO DE 2014.

3 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 às dez horas e quinze minutos, na 4 Secretaria de Ação Social teve inicio a vigésima segunda reunião extraordinária do Conselho 5 Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder 6 Público representando o Fundo Social de Solidariedade do município, senhor Márcio Henrique 7 Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião treze (13) conselheiros sendo seis (06) do poder 8 público e sete (07) da sociedade civil, com os seguintes Conselheiros titulares: Dalva Deodato 9 Taveira, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, José Fernando Siqueira da Silva, 10 Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar 11 Hermógenes da Paixão, Josiane Aparecida Antunes de Campos. Conselheiros na titularidade: 12 Adriana Bazon da Silva Porfírio, Raquel Costa Cândido Santiago, Rosângela Aparecida de 13 Paula, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela. Com a seguinte pauta: Assunto: Deliberação sobre Inscrição da Entidade - PROREAVI. O Presidente Marcio iniciou a 14 15 reunião exibindo a proposta de pauta que foi aprovada. Em seguida Márcio informou que as 16 conselheiras Elisa e Rosangela realizaram a análise da documentação e visita à Entidade "Associação Proreavi - Projeto de Restaura Ação de Vidas" e passou a palavra para as 17 18 mesmas. Elisa iniciou a apresentação do relatório e parecer da comissão, informando que na 19 visita à Entidade, as mesmas foram recebidas pela assistente social e pela psicóloga, além de 20 uma representante da Diretoria, Sra. Eliane. Apontou que foram realizadas algumas alterações 21 no Estatuto Social da Entidade, especialmente no que se refere às finalidades estatutárias, que 22 garantiram uma melhor adequação à Política de Assistência Social. Relatou que o público 23 atendido são os adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, destacando que alguns são 24 encaminhados pelos CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, além daqueles que são provenientes 25 da demanda espontânea. Atualmente atendem três usuários que se encontram em cumprimento 26 de medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Os usuários frequentam a entidade no 27 período da manhã ou tarde, por uma ou duas vezes na semana e participam de cursos de 28 informática, violão, jiu itsi e inglês, conforme o interesse de cada um. Com relação ao Serviço 29 de Convivência e Fortalecimento Vínculos as conselheiras obtiveram a informação de que os 30 adolescentes participam de grupos uma vez por semana, logo após o curso. São realizadas ainda 31 reuniões mensais com as famílias e visitas domiciliares. No que se refere à equipe de 32 referência, Elisa apontou que a instituição conta atualmente com uma assistente social, uma psicóloga e os facilitadores dos cursos, além de estagiários não remunerados. Contam ainda 33 34 com uma equipe de apoio composta pelos trabalhadores do telemarketing/call center e 35 mensageiros que recolhem as doações. O recurso financeiro da entidade é proveniente do

serviço de Telemarketing da mesma. Em relação ao parecer da comissão, foi observado que o Plano de Trabalho apresentado não está de acordo com as orientações da Resolução nº 14/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social, além de apresentar conceitos e formatos diferentes do que está posto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ficou constatada a relevância do serviço, porém as atividades ofertadas, o trabalho desenvolvido e a carga horária não estão em conformidade com as Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes. A estrutura física também não está de acordo com as normas técnicas para garantia da acessibilidade às pessoas com deficiências. Rosangela apontou que durante a visita, a entidade relatou que não promoverá as mudanças na estrutura física, enquanto não estiver recebendo recursos. Diante de todas as questões apontadas a comissão de inscrição sugere o indeferimento da inscrição. A conselheira Tina observou que a entidade está solicitando a inscrição pela terceira vez e que ainda não atende as normativas da Política de Assistência Social. Diante dessa situação apontou que a Comissão de Inscrição sugere que a devolutiva sobre o parecer de inscrição seja feito pessoalmente, mediante convocação da Diretoria da Entidade para uma reunião. Marcio esclareceu que anteriormente já realizou reuniões com a Diretoria da PROREAVI, tanto na condição de Conselheiro/Presidente, quanto como representante da equipe de monitoramento do Órgão Gestor. Alguns conselheiros manifestaram-se favoráveis a realização de reunião com a Entidade e concordam que a devolutiva deva ser feita com a formalização de um oficio e também através da reunião. Tina esclareceu que a entidade precisa ter a clareza de que a inscrição no CMAS não significa recebimento de recursos. Maria Amélia explicou que todo esse processo de orientação sobre o funcionamento do serviço e a inscrição no Conselho foi realizado junto á entidade, por mais de uma vez. Após discussões os conselheiros definiram pelo indeferimento da inscrição uma vez que o serviço ofertado ainda não atende as normativas da Política de Assistência Social. O relatório apresentado ficará anexo a esta ata. O presidente Marcio encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e ata lavrada pela Secretaria Executiva do CMAS.

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49 50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62